



DOSSIÊ COLETIVIDADES INDÍGENAS, AFRODESCENDENTES E CAMPONESAS EM MOVIMENTO: FORMAS DE GOVERNO E CONTEXTOS EXTRATIVISTAS NAS AMÉRICAS, DO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO AOS MODELOS NEOLIBERAIS DE GOVERNANÇA

Formas de governo, desenvolvimentismos e contextos extrativistas nas Américas – coletividades indígenas, afrodescendentes e camponesas em movimento: uma apresentação¹

Forms of Government, Development and Extractive Contexts in the Americas: Indigenous, Afro-Descendent and Peasant Collectivities in Movement

Formas de gobierno, desarrollismos y contextos extractivos en las Américas: colectividades indígenas, afrodescendientes y campesinas en movimiento

Antonio Carlos de Souza Lima²

orcid.org/0000-0001-5260-236X
acslima@mn.ufrj.br

Resumo: Apresentação do dossiê "Coletividades indígenas, afrodescendentes e camponesas em movimento: formas de governo e contextos extrativistas nas Américas, do nacional-desenvolvimentismo aos modelos neoliberais de governança".

Palavras-chave: coletividades indígenas; coletividades afrodescendentes; comunidades rurais; extrativismo; políticas públicas.

Marcelo Artur Rauber³

orcid.org/0000-0002-9999-1523
rauber.ma@gmail.com

Abstract: Presentation to the dossier "Indigenous, Afro-Descendent and Peasant Collectivities in Movement: Forms of Government, Developmentalisms and Extractive Contexts in the Americas, from National-Developmentalism to Neoliberal Forms of Governance".

Keywords: Indigenous Collectivities; Afrodescendant Collectivities; Rural Collectivities; Extractivism; Public Policies.

Laura Navallo⁴

orcid.org/0000-0003-0213-040X
lauranavallo@yahoo.com.ar

Resumen: Presentación del dossier "Colectividades indígenas, afrodescendientes y campesinas en movimiento: Formas de gobierno, desarrollismos y contextos extractivos en las Américas, del nacional-desarrollismo a las formas neoliberales de gobernanza".

Palabras clave: colectividades autóctonas; colectividades afrobrasileñas; colectividades rurales; extractivismo; políticas públicas. Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção e considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Este início, cujo caráter se manterá dominante através de três séculos que vão até o momento em que abordamos a história brasileira, se

Raúl Alejandro Delgado⁵

orcid.org/0000-0002-1876-0660
rauldelgado@gmail.com

Recebido em: 31 ago. 2024.

Aprovado em: 22 set. 2024.

Publicado em: 26 nov. 2024.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Agradecemos a Rafael Abreu pela revisão da versão original e sua normalização.

² Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

³ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

⁴ Universidade Nacional de Salta (UNSA), Salta, Argentina; Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Buenos Aires, Argentina.

⁵ Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, Colômbia.

gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país. Haverá resultantes secundárias que tendem para algo mais elevado; mas elas ainda mal se fazem notar. O "sentido" da evolução brasileira, que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização. Tê-lo em vista é compreender o essencial deste quadro que se apresenta em princípios do século passado, e que passo agora a analisar (Prado Junior, 1942, p. 25-26).

Desde a chegada dos europeus ao continente americano, seus povos autóctones, suas terras e seus recursos, configurados como alteridades de todos os tipos pelo pensamento ocidental do século XV em diante, passaram a ser matéria de intervenções pautadas na violência das variadas conquistas e na brutalidade dos empreendimentos coloniais, eivada ou não pelas tintas das religiões. Os povos autóctones ou aqueles transplantados compulsoriamente, como os negros africanos, base substancial das populações tornadas nacionais pelas independências, viram seus territórios originários ou aqueles de que se apropriaram livremente serem usurpados e foram submetidos a diferentes violências e formas servis de trabalho, tornando-se o protótipo do "inimigo interno" que estruturou – e estrutura – boa parte dos processos de formação de Estados Nacionais, em especial do pensamento e das ações das suas forças militares (Carvalho, 2019; Tilly, 1996).

Como é mais que sabido, a maioria dos países surgidos da colonização europeia nas Américas e no Caribe – ainda que com grandes variações entre eles e mesmo em fases de sua história – inclusive se manteve, total ou parcialmente, na condição de exportadores de *commodities* e repositórios de variadas formas de trabalho servil, ainda que após as independências formais de suas metrópoles colonizadoras e com o fim formal do regime escravocrata no caso do Brasil.

Desde então, mas em particular do final do século XIX até o presente, os espaços das Américas ocupados por essas coletividades, organizadas de formas dissidentes das orientadas pela propriedade privada vigente no capitalismo globalizado, foram objeto de inúmeras intervenções de Estados Nacionais, missões religiosas de diferentes igrejas, agências de fomento e cooperação técnica e ajuda humanitária, organizações não

governamentais de diferentes matizes e escopos. Portanto, os séculos XX e as décadas iniciais do século XXI podem ser vistos no continente como momentos que, apesar das grandes descontinuidades e diferenças no tocante a flutuações na geopolítica global e a seus efeitos hemisféricos, guardam também marcas de intensa continuidade quanto à posição dos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho, bem como a variados padrões de ação e ideologias de colonização interna, projeções de futuros para povos indígenas, coletividades afrodescendentes e camponesas de variados perfis, de captura e expropriação de seus territórios, assim como de engajamento da sua força de trabalho e de sua presença nos diferentes imaginários que compõem o cenário continental.

Seguindo Elisa Pereira Reis (1988), partimos do princípio de que o conceito de "Estado Nacional" deve ser pensado como designando uma ideologia, materializada em entidades aparentemente monolíticas e concretas supostamente regidas pelo Direito internacional público, no qual estão em jogo e em permanente transformação o processo de formação de Estado (como produtor da ideia de unidade e malha de agências administrativas) e construção da nação (Abrams, 1988; Elias, 2006; Souza Lima, 2012; Souza Lima; Gonçalves Dias, 2021; Steinmetz, 1999). Tais processos não se dão em entidades discretas e autocontidas, mas como parte de um sistema de Estados, com regras cada dia mais internacionalizadas, num sistema capitalista financeirizado e globalizado (Arrighi, 1996; Tilly, 1984). Dentro de tal sistema, uma dentre as muitas singularidades dos países da América Latina (o Brasil aí incluído) reside nas formas diferenciais da dominação que o Estado expressa, e uma centralização parcial de suas redes de agentes e agências se dá no englobamento "[...] [d]as classes via patrimonialismo, clientelismo, coronelismo, populismo, corporativismo. É esta diferença que faz com que o Brasil e a América Latina não sejam os Estados Unidos ou a Europa, que sejam o Outro Ocidente [...]" (Carvalho, 1998, p. 148).

Não são só as classes dominantes que se en-

redam em jogos de poder e hegemonia variáveis ao longo do tempo, mas também as populações aqui focalizadas e que ao longo de muito tempo foram percebidas como povos sem história e além da história (Wolf, 2009). Longe disso: as coletividades "tradicionais", seu trabalho e seus recursos são fundamentais para a manutenção de uma acumulação originária estrutural, de um desenvolvimento desigual e combinado, que, no plano da produção material da vida social, dá-nos a singular mistura entre formas não capitalistas e capitalistas de produção, presentes ainda hoje neste mundo neoliberal. Francisco de Oliveira (2003) atribui à economia brasileira uma imagem que podemos extrapolar para o contexto latino-americano. O autor comparou o Brasil dos anos iniciais do século XXI, já sob o primeiro governo do Partido dos Trabalhadores – que, a despeito da distribuição de renda tentada nos governos petistas, amalgamou à sua tradição autoritária de base escravista os princípios de desregulação desenfreada do ultra/neoliberalismo –, ao ornitorrinco, espécie animal que guarda características de diversos estágios evolutivos:

O ornitorrinco é isso: não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido e aproveitar as brechas que a Segunda Revolução Industrial propiciava; não há possibilidade de avançar, no sentido da acumulação digital-molecular: as bases internas da acumulação são insuficientes, estão aquém das necessidades para uma ruptura desse porte. Restam apenas as "acumulações primitivas", tais como as privatizações propiciaram: mas agora com o domínio do capital financeiro, elas são apenas transferências de patrimônio, não são, propriamente falando, "acumulação". O ornitorrinco está condenado a submeter tudo à voragem da financeirização, uma espécie de "buraco negro": agora será a previdência social, mas isso o privará exatamente de redistribuir a renda e criar um novo mercado que sentaria as bases para a acumulação digital-molecular. O ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão (Oliveira, 2003, p. 150).

Diferentes ideologias (de bases religiosas, científicas, políticas) conceberam os modos de vida dessas coletividades como deficientes, hipossuficientes ou, num momento mais recente, como modelos de futuro altamente idealizados. Tais ideologias, pautadas em concepções do

que seriam bem-estar e melhorias na vida de indígenas, camponeses, afrodescendentes e/ou de camponeses crioulos, orientaram em maior ou menor medida as perspectivas defendidas por regimes de governo variados voltadas à intervenção nos modos de viver e atuar simbólica e economicamente nos espaços territoriais por eles habitados. Desde a evangelização e a pedagogia da civilização e da nacionalidade na província de Córdoba na Argentina do século XIX (Pérez Zavala), passando pela proteção tutelar republicana no Brasil (Ferreira) que se estende desde a década de 1910, pela ação ditatorial chilena de expropriação à privatização das terras mapuche (Almonacid Zapata) nas décadas de 1970-1980 até a intrusão das terras Kayapó e a aliança com pequenos agricultores não indígenas (Lacerda) já no século XXI, sob variados matizes da ideologia desenvolvimentista, há uma extensa história das práticas de poder de Estado sobre coletividades indígenas e não indígenas em diferentes países e de distintas ideologias.

Se o sistema de crenças e práticas que compõem o desenvolvimento como uma verdadeira "religião da modernidade" (Rist, 1999) deita raízes que se espriam ao longo do tempo, foi indiscutivelmente sua transformação em lema da busca por reconfiguração do mundo "ocidental" pelos Estados Unidos da América no pós-Segunda Guerra Mundial que colocou o desenvolvimento como ideia-força, criando, conseqüentemente, o subdesenvolvimento e o Terceiro Mundo (Escobar, 1995). Se a Europa estava sendo reconstruída pelo Plano Marshall e uma massiva inversão de recursos, no contexto de um mundo bipolarizado em que o "Segundo Mundo" correspondia à esfera de influência da URSS, a América Latina, a África e países do Oriente Médio e do Extremo Oriente passaram a ser tratados como o Terceiro Mundo, marcado pelo subdesenvolvimento, lido tanto como falta de crescimento econômico, na perspectiva capitalista, quanto como um aglomerado de arcaísmos nos quais os povos autóctones e as formas comunitárias inseriam-se.

Desenvolveu-se a partir daí uma verdadeira "indústria" do desenvolvimento, pautada pelo sistema de organizações multilaterais em torno

do Banco Mundial (*International Bank for Reconstruction and Development*), do Fundo Monetário Internacional (*International Monetary Fund*) e de organizações do sistema das Organizações das Nações Unidas. A partir desta, constituíram-se diversas comissões, entre elas a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (*United Nations Economic Commission for Latin America and the Caribbean* – Cepal), criada em 1948. Maristella Svampa (2023) traça um rico panorama dos diversos matizes ideológicos e políticos presentes no pensamento desenvolvimentista latino-americano, em especial no cepalino, situando os múltiplos desdobramentos deles redundantes, particularmente para povos autóctones e coletividades etnicamente diferenciadas. Ações específicas, como a chamada Missão Andina (Verdum, 2018) e uma intensa atuação da chamada cooperação técnica internacional para o desenvolvimento (Barroso-Hoffman, 2009; Barroso; Abrantes, 2020; Souza Lima, 2021) foram implementadas. Mas também surgiram fortes contestações aos regimes autoritários que implantaram políticas desenvolvimentistas, no período entre 1950 e 1970, em consonância com as diretrizes continentais dos Estados Unidos e com a expansão capitalista financeirizada desde o pós-guerra, como a Declaração de Barbados (Chirif, 2021)⁶. Denúncias analiticamente embasadas nos efeitos sociais dos grandes projetos desenvolvimentistas ganharam circulação internacional (Davis, 1978; entre outros) e surgiram propostas alternativas, como, entre outras, a ideia de etnodesenvolvimento (Stavenhagen, 1985).

A retomada de políticas desenvolvimentistas intensificadas, sob os quadros da ideologia neoliberal, vem marcando essas décadas iniciais do século XXI, mais ou menos associadas a governos com propostas distributivistas, redirecionando as economias latino-americanas àquilo que vem

sendo chamado de consenso das *commodities* (Svampa, 2019). Os amplos efeitos sociais da expansão infraestrutural (estradas, formas de produção e transmissão de energia) e da exploração intensiva de recursos naturais (petróleo, minérios e mesmo a água), bem como do crescimento da agropecuária bovina e das lavouras monocultoras de produtos como soja, palma, milho etc. no grande arco de intervenções do chamado agronegócio, têm implicado, novamente, alterações brutais nos modos de vida de povos e coletividades. Essa nova escalada dos colonialismos internos (González Casanova, 2007), todavia, não se exerce sobre coletividades inertes e passivas, seja do ponto de vista da ação social, seja quanto à reflexão intelectual (ver Svampa, 2023; entre outros). Diante de tais movimentos políticos e econômicos, povos indígenas, comunidades afrodescendentes e camponeses têm produzido contranarrativas, formas de luta e ocupado mais ou menos a esfera pública em luta pela autonomia como um valor fundamental, a exemplo da literatura analisada no trabalho de Alessandra Tereza Mansur Silva e Roberta Barros Meira presente neste dossiê. A crescente articulação internacional desses coletivos em movimento, sua presença na esfera pública global e sua imaginação de futuros são igualmente aspectos que se valorizarão⁷.

Tal ciclo de superexploração da natureza tem gerado tanto movimentos frontalmente direcionados contra grandes empreendimentos, extrativismos e exploração da terra marcados pela grilagem e pelo uso de agrotóxicos quanto formas de reapropriação de espaços devastados por empreendimentos extrativistas e reapropriados para outras práticas desenvolvimentistas. Laura Navallo (2024), analisando o caso de "*Campamento Vespucio*" – anteriormente uma instalação de extração petrolífera de uma empresa estatal

⁶ _O simpósio "*La fricción interétnica en América del Sur fuera de la región andina*" reuniu-se na Universidade das Índias Ocidentais, em Bridgetown, Barbados, de 25 a 30 de janeiro de 1971. O encontro gerou a referida declaração, que se tornou um marco da revisão de práticas antropológicas e missionárias, bem como da crítica às relações dos regimes militares com os povos indígenas. Para um seminário recente sobre o assunto, cf. <https://www.youtube.com/watch?v=C5OVDXPkDPQ>. Acesso em: 18 out. 2024.

⁷ Há uma ampla literatura sobre os efeitos sociais de intervenções de diferentes tipos nos distintos países da América Latina, de que são exemplos alguns poucos exemplos os textos coligidos em: Antonelli (2014); Alarcon, Millikan e Torres (2016); Alarcon et al. (2022); Almeida et al. (2019); Anaya, Bronz e Magalhães (2024); Comim de Carvalho, Oliveira e Mombelli (2023); Gudynas (2015); Machado Araóz (2014, 2015, 2018); Pacheco de Oliveira (2022); Rauber et al. (2022); Torres, Doblas e Alarcon (2017); Vargas Valencia (2023); Zhouri (2012); Zhouri e Valencio (2014); Zhouri et al. (2018); Zucarelli et al. (2022).

argentina (YPF) –, em Tartagal, província de Salta, na Argentina, mostra-nos como o local e as coletividades (periurbanas) que o habitam hoje estão sob o signo de sua transformação num "lugar mágico", como fruto da ação de um programa de expansão do turismo realizado com insumos do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Ali a coletividade vem-se organizando em novas bases de uma maneira não necessariamente frontal, mas não menos significativa. Por sua vez, na Colômbia, a configuração territorial de regiões biodiversas, como a costa do Pacífico, além de ser ditada pela imposição de políticas extrativistas de desenvolvimento de diferentes mercadorias em diferentes períodos históricos, também tem sido caracterizada pela violência exacerbada e pelo controle territorial de guerrilhas e exércitos paramilitares que contribuíram para a desapropriação, o deslocamento e a ruptura social dos povos afrodescendentes que buscam fazer valer a territorialidade coletiva protegida pela Lei n. 70, de 1993, e pela reforma constitucional de 1991. A luta pela autonomia e pela defesa da vida e do território em contextos etnográficos específicos do Pacífico, como Tumaco, foi explorada por Raúl Delgado (2023), que destaca a política territorial e as diferentes estratégias dos líderes sociais para se oporem e equilibrar as relações entre os diferentes atores presentes, através do desdobramento do conhecimento tradicional, das táticas políticas e da convicção de "*volver a lo propio*" como resposta às crises, à violência e aos desafios que enfrentam. Poderíamos seguir procurando e encontrando as inúmeras formas de enfrentamento dessas coletividades à avalanche desenvolvimentista ainda hoje vigente em diferentes países.

Este dossiê foca a ação dos povos e coletividades em meio a essas ondas de *colonização* e *desenvolvimento*, compilando trabalhos que abordam desde intervenções de evangelização e educação de povos indígenas realizadas na Argentina no final do século XIX até conflitos socioambientais no período recente.

Graciana Pérez Zavala, em "*Cristianización, escolarización y alfabetización de indígenas en*

el departamento Río Cuarto (República Argentina, 1870-1910)", apresenta um importante quadro das práticas de evangelização e educação de indígenas na Argentina no período final do século XIX e no início do século XX. Entre as principais práticas identificadas pela autora, estavam aquelas voltadas para a cristianização, que tinha no batismo, especialmente de crianças, sua conduta central. Nesse contexto, a Igreja Católica Apostólica Romana atuou como um mecanismo institucionalizado pelo Estado para oficializar a entrada dos indígenas na sociedade argentina, estabelecendo vínculos sociais e laborais através de relações de padrinhos/patrões-afilhados. Outra ação identificada foi a colocação doméstica, que envolveu a inserção de indígenas, especialmente os da etnia Ranquel, capturados durante as expedições do exército argentino entre 1871 e 1882, em lares de famílias particulares. Essa prática tinha o objetivo não apenas de cristianizá-los, mas também de assimilá-los cultural e socialmente, além de estabelecer uma relação de subordinação socioeconômica. Esse sistema não apenas buscava integrar os indígenas à sociedade, mas também refletia as dinâmicas de poder e controle que faziam parte da tomada de terras de povos indígenas e caracterizavam a relação entre colonizadores e povos indígenas na Argentina no período. A educação formal, por meio de escolas públicas e particulares, também era vista como estratégia civilizatória, ao passo que há registro de indígenas que valorizavam o aprendizado de espanhol, que tinha um papel crucial na alfabetização. Apesar das múltiplas formas identificadas de tentativa de apagamento étnico, a partir do estudo de trajetórias escolares, Pérez Zavala ainda demonstra o papel ativo e seletivo de indígenas no destino que as políticas estatais argentinas lhes pretendiam atribuir.

Em "*La división de las comunidades mapuche durante la dictadura civil-militar en Chile y sus consecuencias inmediatas, 1979-1990*", Fabián Almonacid nos traz uma experiência representativa do tratamento conferido aos povos indígenas pelas ditaduras civil-militares da América do Sul. Como recupera Zapata, na década de 1960, os

Mapuche já enfrentavam forte escassez de terras, que provocaram migrações para as cidades devido às dificuldades de subsistência. Apesar de diversas mudanças nas políticas de Estado favoráveis aos povos indígenas em 1972, rompendo com a orientação assimilacionista, a situação passou por revés a partir do golpe de 1973. Sob orientação neoliberal e como parte de um plano maior para fortalecer a propriedade privada rural e individual, por meio do Decreto-Lei n. 2.568, de 1979, o governo Pinochet tomou a decisão de conceder títulos de domínio a parcelas familiares de comunidades indígenas. Como é possível constatar nos dados apresentados por Zapata, a política foi conduzida com sucesso pelo governo ao longo da década seguinte, impondo a medida às comunidades que resistiram ao parcelamento e reprimindo-as. Sem apresentar-se solução para a insuficiência de terras, formaram-se pequenas propriedades familiares (que chegaram até mesmo a 1 hectare por família em algumas comunidades), fixando-se o cenário de escassez e acentuando-se as dificuldades de subsistência. O processo prejudicou, ainda, os migrantes das décadas anteriores, ausentes das comunidades, consolidando a expropriação mapuche. Além de trazer novos problemas e mudar a dinâmica comunitária, a insuficiência de terras levou a uma forte onda migratória na década de 1980, conformando uma diáspora mapuche para as cidades do sul e do centro chileno e para a Argentina. Por outro lado, também houve organização política e intensificação das ações para a recuperação de terras, o que, por sua vez, enfrentou forte repressão militar e policial.

No trabalho de Alessandra Tereza Mansur Silva e Roberta Barros Meira, "Cultivando e cristalizando resistências: práticas alimentares e de saúde nas literaturas e nos escritos indígenas Guarani e quilombolas", ganham destaque as ações de conservação de sementes de milho e de abelhas-sem-ferrão, consideradas patrimônios alimentares essenciais para essas comunidades. Em seu trabalho, Silva e Meira consideram a literatura uma coleção documental que pode ser pensada e analisada como um inventário das

tecnologias e dos saberes indígenas e quilombolas, permitindo a interpretação da realidade. Se incorporados às práticas agrícolas vigentes, esses conhecimentos presentes na literatura, consideram as autoras, têm potencial para minimizar os impactos ambientais, a insegurança alimentar e os problemas de saúde. As práticas alimentares e de saúde analisadas também são vistas como marcadores de pertencimento e expressam as relações entre os seres humanos e seu meio ambiente, além de refletirem uma relação profunda com a natureza e a biodiversidade, respeitando os conhecimentos ancestrais que favorecem a diversidade cultural, vegetal e animal. Em um contexto geral de devastação ambiental, de "comida perigosa" e homogeneização de mentes e cultivos, as autoras demonstram que comunidades indígenas e quilombolas insistem em conservar seu patrimônio alimentar e construir sua soberania alimentar.

No artigo "Indigenismo, trabalho e sistema mundial: poder tutelar e povos indígenas no capitalismo neoextrativista", Andrey Cordeiro Ferreira tem como referência o caso paradigmático dos indígenas do Mato Grosso do Sul (Brasil), enfatizando a importância do trabalho assalariado e a inserção dos povos indígenas na divisão internacional do trabalho, sobretudo no contexto do neoextrativismo. A "tutela", importante conceito para o trabalho, é abordada por Ferreira como uma intervenção do poder colonial que busca conter as dimensões repressivas do colonialismo, mas, ao mesmo tempo, reproduz a ideia de superioridade europeia. Para o autor, essa forma de poder tem sido historicamente marcada por um paradoxo ou dialética de proteção e controle, em que os indígenas são vistos como necessitados da proteção do Estado, o que implica que sua liberdade e existência física dependam dessa tutela. Embora formalmente abolida no sistema jurídico brasileiro com a Constituição de 1988, a prática de formas de poder tutelar ainda persiste, especialmente em situações de conflito, nas quais se expressa como uma relação de poder descentralizada e difusa. Nesse contexto, o conceito de "tutela" contribui

para a compreensão das dinâmicas de controle e proteção que envolvem os povos indígenas ao longo da história, refletindo as tensões entre emancipação e exploração. A tese de Ferreira é a de que, a partir das décadas de 1990 e 2000, em Mato Grosso do Sul, a função protetora do poder tutelar foi progressivamente assumida pelo Ministério Público do Trabalho e pela Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho do Estado de Mato Grosso do Sul, buscando mediar as relações no mercado de trabalho, visto que as condições de trabalho nos canaviais levavam os indígenas a situações de trabalho análogo à escravidão. Ferreira ainda argumenta que o neoextrativismo impacta a inserção dos grupos etnicamente diferenciados no mercado de trabalho de várias formas, criando situações que envolvem expropriação, desterritorialização e proletarianização. Esse fenômeno resulta em desemprego estrutural e discriminação étnico-racial, que se retroalimentam e posicionam os povos indígenas como um subproletariado étnico, inserido nas esferas mais precárias da economia-mundo capitalista. Além disso, para o autor, a lógica do neoextrativismo tende a desconsiderar as especificidades culturais e sociais de grupos étnicos, impondo uma dinâmica de trabalho que não respeita suas tradições e seus modos de vida. Assim, a inserção dos povos indígenas no mercado de trabalho sob o neoextrativismo é marcada por exploração e vulnerabilidade, refletindo as desigualdades estruturais existentes na sociedade capitalista.

Em "Brigando por nossa terra: indígenas e assentados contra desterritorializações no Xingu (sudoeste do Pará)", Renata Barbosa Lacerda discute como políticas de colonização e de desenvolvimento na Amazônia Legal (Brasil) promoveram o controle de diferentes territórios e populações e geraram conflitos socioambientais em torno da Terra Indígena (TI) Baú e do assentamento Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Terra Nossa, no sudoeste do Pará. Na TI Baú, os Kayapó (autoidentificados como Mebêngôkre) resistem contra a expansão de atividades econômicas que ameaçam seus territórios,

como a exploração madeireira e a agropecuária. Os moradores do PDS Terra Nossa enfrentam pressões para reduzir, cancelar ou recategorizar o PDS por meio de processos judiciais, administrativos e confrontos diretos. A autora recupera como os Kayapó (TIs Baú e Mekrãgnoti) ainda realizaram diversos protestos entre 2006 e 2014 reivindicando compensações quanto aos danos causados pela pavimentação da BR-163 e contra um empreendimento de mineração próximo à TI, formando inclusive uma aliança com os pequenos agricultores do PDS Terra Nossa. Lacerda evidencia a interconexão entre as políticas de desenvolvimento, que muitas vezes fortaleceram as contestações da TI e do PDS, as disputas por terra e os conflitos socioambientais. A autora considera que o poder tutelar se expressou nos casos analisados pelo contínuo debate sobre a definição de quem seriam os beneficiários legítimos da política de reforma agrária e da política indigenista; ou aqueles considerados atingidos pela pavimentação e construção de uma rodovia, de uma ferrovia e pela exploração mineral – em todos os casos, tal contexto implicando os territórios que lhes deveriam ser reconhecidos. De modo geral, o trabalho demonstra a resistência ativa dessas populações contra as pressões externas e as tentativas de exploração de seus territórios, permanecendo na luta por seus direitos territoriais e pela preservação de seus modos de vida.

No artigo "Conflitos por água, coletividades locais e políticas governamentais", Natália Moraes Gaspar aborda a governança das águas e os impactos dos dispositivos estatais sobre comunidades tradicionais, como indígenas e afrodescendentes, que muitas vezes enfrentam dificuldades relacionadas à escassez e à poluição devido a grandes projetos que afetam seus recursos hídricos. A pesquisa analisa o modo como esses conflitos são tratados no contexto do Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos (GIRH) na América do Sul, com ênfase à Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) do Brasil. Como demonstra a autora, no Brasil, o modelo GIRH foi implementado sob forte influência do

Banco Mundial, que se materializou na criação de arcabouços institucionais, legais e infralegais que abriram caminho para a privatização desse bem comum. Para Gaspar, essa influência foi exercida, em parte, por meio da difusão, em meio aos quadros governamentais e não governamentais do campo dos recursos hídricos, de uma espécie de pedagogia, apoiada em ferramentas metodológicas padronizadas. Além dessa ação, que se dá nos âmbitos acadêmicos e políticos, a autora assinala que há medidas de caráter mais impositivo relacionadas aos critérios para a concessão de empréstimos e à cobrança das dívidas por eles geradas, que operam de forma simultânea e complementar às ações de caráter mais pedagógico, que contribuem para legitimar as medidas de caráter mais impositivo. Gaspar ainda demonstra que, a partir da segunda metade da década de 2010, no Brasil, ganharam força diversas iniciativas para promover mudanças legais e institucionais que abriram caminho para a transformação da água, já tratada como mercadoria na legislação vigente, em uma *commodity*, passível de ser negociada nas bolsas de valores. Como problematiza a autora, esse processo de "financeirização" abre caminho para a ampliação da rede de agentes com poder de influenciar a configuração e as tendências do campo dos recursos hídricos sem que possuam algum vínculo com os territórios e as populações que efetivamente fazem o uso da água.

Esperamos que este dossiê enseje a continuidade expandida dos questionamentos trazidos pelos textos, pensando-se nos projetos de transformação das formações sociais dos países latino-americanos, com especial ênfase a como a apropriação da natureza e da força de trabalho das populações autóctones e compulsoriamente transplantadas foram subsumidas a ideologias e políticas de governo. Os ideais jamais atingidos do "progresso" e do "crescimento econômico" se transformaram em vetores duráveis de produção de desigualdades. As coletividades cujas formas de ser, sentir, agir e pensar procuramos ressaltar nunca foram passivas. Está aqui um campo a pedir um aglutinamento e esforços de síntese interpre-

tativa do muito que já tem sido produzido pelas historiografias, pelas sociologias e antropologias históricas da América Latina, percebendo elos e rupturas entre passado e presente.

Referências

ABRAMS, Philip. Notes on the difficulty of studying the state. *Journal of Historical Sociology*, London, v. 1, n. 1, p. 58-89, 1988.

ALARCON, Daniela Fernandes; MILLIKAN, Brent; TORRES, Mauricio (org.). *Ocekadí: hidrelétricas, conflitos socioambientais e resistência na Bacia do Tapajós*. Brasília: International Rivers Brasil; Santarém: Programa de Antropologia e Arqueologia da Ufopa, 2016.

ALARCON, Daniela Fernandes; ZUCARELLI, Marcos Cristiano, SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; OLIVEIRA, Bruno Pacheco de; RAUBER, Marcelo Artur (org.). *Setor elétrico e terras indígenas. Danos socioambientais da infraestrutura de produção*. Rio de Janeiro: Mórula, 2022. Disponível em: https://morula.com.br/wp-content/uploads/2022/08/CDTI_02_SetorEletrico_WEB_29A-GO.pdf. Acesso em: 25 out. 2024.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de *et al.* *Mineração e garimpo em terras tradicionalmente ocupadas: conflitos sociais e mobilizações étnicas*. Manaus: UEA; PNC-SA, 2019. Disponível em: <https://www.ppgcspa.uema.br/wp-content/uploads/2021/04/Minera%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 25 out. 2024.

ANAYA, Felisa; BRONZ, Deborah; MAGALHÃES, Sônia (org.). *Terra arrasada: desmonte ambiental e violação de direitos no Brasil*. Montes Claros: Unimontes, 2024. Disponível em: https://www.abant.org.br/files/184219_00170606.pdf. Acesso em: 25 out. 2024.

ANTONELLI, Mirta Alejandra. Megamineria transnacional e invención del mundo cantera. *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 252, p. 72-86, jul./agosto 2014.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996.

BARROSO, Maria Macedo; ABRANTES, Carla Susana (org.). *Antropologia, cooperação internacional e processos de formação de Estado: entre práticas de governo e práticas de política*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2020.

BARROSO-HOFFMAN, Maria. *Fronteiras étnicas, fronteiras de Estado e Imaginação da nação*. Um estudo sobre a cooperação internacional norueguesa junto aos povos indígenas. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009.

BELTRÃO, Jane Felipe; LACERDA, Paula (org.). *Violências versus resistências: desigualdades de longa duração na Amazônia brasileira*. Brasília: ABA, 2022.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados*. Escritos de História e Política. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 130-153.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2019.

CHIRIF, Alberto (ed.). *Por la conquista de la autode-terminación*. Copenhague: IWGIA, 2021. Disponível em: <https://www.iwgia.org/es/recursos/publicaciones/317-libros/3957-por-la-conquista-de-la-auto-determinaci%C3%B3n.html>. Acesso em: 25 out. 2024.

COMIM DE CARVALHO, Ana Paula; OLIVEIRA, Osvaldo Martins de; MOMBELLI, Raquel (org.). *Quilombos: direitos e conflitos em tempos de pandemia*. Brasília: ABA, 2023.

DAVIS, Shelton H. *Vítimas do milagre*. O desenvolvimento e os índios no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DELGADO, Raul. *Vida y territorio: las luchas de las comunidades negras del Consejo Comunitario Alto Mira y Frontera en Tumaco, Nariño - Colombia*. 2023. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

ELIAS, Norbert. 2006. Processos de formação de Estados e construção de nações. In: ELIAS, Norbert. *Escritos & ensaios*. v. 1: Estado, processo, opinião pública. Organização e apresentação de Federico Neiburg e Leopoldo Waizbort. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 153-165.

ESCOBAR, Arturo. *Encountering development. The making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FABIO, André Cabette. *Reinvenção do garimpo no Brasil*. Rio de Janeiro: Mórula, 2022.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: Clacso, 2007. p. 431-458.

GUDYNAS, Eduardo. Extractivismos en América del Sur y sus efectos derrame. *Boletín de la Sociedad Suiza Americanista*, Ginebra, v. 76, p. 13-23, 2015.

MACHADO ARAÓZ, Horacio. Ecología política de los regímenes extractivistas. De reconfiguraciones imperiales y re-existencias decoloniales en nuestra América. *Bajo el Volcán*, Puebla, v. 15, n. 23, p. 11-51, sept./feb. 2015.

MACHADO ARAÓZ, Horacio. La minería como razón de Estado. In: MACHADO ARAÓZ, Horacio Machado. *Potosí, el origen: Genealogía de la minería contemporánea*. Buenos Aires: Mardulce, 2014. p. 15-59.

MACHADO ARAÓZ, Horacio. *Potosí, el origen: genealogía de la minería contemporánea*. Quito: Editorial Abya-Yala, 2018.

NAVALLO, Laura. *Afectos y esperanza tras la devastación*. Salta: UNSA; Conicet, 2024.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PACHECO DE OLIVEIRA, João (org.). *A reconquista do território: etnografias do protagonismo indígena contemporâneo*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2022.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Martins, 1942.

RAUBER, Marcelo Artur; ALARCON, Daniela Fernandes; Zucarelli, Marcos Cristiano; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; OLIVEIRA, Bruno Pacheco de (org.). *Agronegócio e desconstrução de direitos territoriais de povos etnicamente diferenciados*. Ação política e efeitos sociais das formas contemporâneas de exploração agrária. Rio de Janeiro: Mórula, 2022. Disponível em: https://morula.com.br/wp-content/uploads/2022/09/CDTI_03_Agro-negocio_WEB_09SET.pdf. Acesso em: 25. out. 2024.

REIS, Elisa M. da C. Pereira. O Estado nacional como ideologia: o caso brasileiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 187-203, 1988.

RIST, Gilbert. *The history of development: from Western origin to global faith*. London: Zed Books, 1999.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Dossiê Fazendo Estado. O estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 55, p. 559-564, 2012.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Tradições coloniais de gestão da desigualdade: reflexões a partir da administração indigenista no Brasil. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; GONÇALVES DIAS, Caio (ed.). *Maquinaria da "unidade", bordas da dispersão: estudos de antropologia do Estado*. Rio de Janeiro: PPGAS; Sette Letras, 2021. p. 178-196.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; GONÇALVES DIAS, Caio (ed.). *Maquinaria da "unidade", bordas da dispersão: estudos de antropologia do Estado*. Rio de Janeiro: PPGAS; Sette Letras, 2021.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada do pensamento desenvolvimentista. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 9, n. 1, p. 11-44, 1985. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6327/7704>. Acesso em: 25 out. 2024.

STEINMETZ, George. Introduction: Culture and the State. In: STEINMETZ, George. (org.). *STATE/CULTURE: State-Formation after the Cultural Turn*. Ithaca: Cornell University Press, 1999.

SVAMPA, Maristella. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo: Elefante, 2019.

SVAMPA, Maristella. *Debates latino-americanos*. Indianismo, desenvolvimento, dependência e populismo. São Paulo: Elefante, 2023.

TILLY, Charles. *Big structures, large processes, huge comparisons*. New York: Russel Sage Foundation, 1984.

TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: EdUSP, 1996.

TORRES, Mauricio; DOBLAS, Juan; ALARCON, Daniela Fernandes. *Dono é quem desmata: conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense*. São Paulo: Urutu-Branco; Altamira: Instituto Agrônomo da Amazônia, 2017.

VARGAS VALENCIA, Fernando (coord.). *Extractivismo y captura del Estado en Colombia: aportes contra la impunidad*. Bogotá: Fundación Heinrich Böll; Oficina Bogotá – Colombia: Corporación Justicia y Democracia, 2023. Disponível em: https://co.boell.org/sites/default/files/2023-06/extractivismo-y-capt.web_.pdf. Acesso em: 25 out. 2024.

VERDUM, Ricardo. *Desenvolvimento, utopias e indigenismo latino-americano: um estudo sobre indigenismo e cooperação internacional*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2018. Disponível em: http://laced4.hospedagemdesites.ws/wp-content/uploads/2019/09/INDIGENISMO_EBOOK.pdf. Acesso em: 25 out. 2024.

WOLF, Eric R. *Europa e os povos sem história*. São Paulo: EdUSP, 2009.

ZHOURI, Andréa (org.). *Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais*. Brasília: ABA, 2012. Disponível em: https://www.abant.org.br/files/75_00115555.pdf. Acesso em: 25 out. 2024.

ZHOURI, Andrea; VALENCIO, Norma. *Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais*. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

ZHOURI, Andrea et al. *Mineração: violências e resistências – um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. Marabá: iGuana; ABA, 2018.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; ALARCON, Daniela Fernandes; OLIVEIRA, Bruno Pacheco de; RAUBER, Marcelo Artur (org.). *Infraestrutura para produção de commodities e povos etnicamente diferenciados: efeitos e danos da implantação de grandes projetos de desenvolvimento em territórios sociais*. Rio de Janeiro: Mórula, 2022. Disponível em: https://morula.com.br/wp-content/uploads/2022/08/CDTI_01_Infraestrutura_WEB_29AGO.pdf. Acesso em: 25 out. 2024.

Antonio Carlos de Souza Lima

Licenciado em História (UFF, 1979); mestre e doutor em Antropologia Social (PPGAS/Museu Nacional-UFRJ, 1985, 1992). Professor titular aposentado de Etnologia e colaborador voluntário-integrante do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista de produtividade em Pesquisa 1A do CNPq e Cientistas do Nosso Estado da Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). Professor visitante no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (2023-2025). Foi presidente da Associação Brasileira de Antropologia (2015-2016); coordenador da Área de Antropologia e Arqueologia junto à Capes (2018-2022). Cooordenador do Laboratório de pesquisas em etnicidade, cultura e desenvolvimento (LACED)/MN-UFRJ. Tem experiência nas áreas de Antropologia Política, atuando principalmente nos seguintes temas: Antropologia do Estado

(indigenismo, política indigenista, povos indígenas e universidade; estudos sobre a administração pública e a cooperação técnica internacional) e História da Antropologia no Brasil (antropologia histórica dos museus e coleções etnológicas; relações indigenismo-antropologia; pensamento social brasileiro).

Laura Navallo

Bacharel em Antropologia pela Universidade Nacional de Salta, mestre e doutora em Antropologia pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é pesquisadora assistente no Conicet (ICSOH-UNSA), professora e pesquisadora da UNSA. Suas pesquisas orientam-se às práticas e políticas de governo das populações, à cultura e aos modos de se fazer Estado.

Marcelo Artur Rauber

Pesquisador de pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Tem experiência em engenharia florestal, em sociologia e antropologia rural, com ênfase em questões relativas à propriedade da terra (assentamentos de reforma agrária; terras indígenas), em especial à ação anti-indígena do chamado agronegócio; ao estudo das elites rurais em especial de sua presença e ação no legislativo; e ao estudo de ações de assistência técnica e extensão rural voltadas para povos indígenas do Rio Grande do Sul.

Raúl Alejandro Delgado

Bacharel em antropologia pela Universidade Nacional da Colômbia, mestre e doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência de trabalho no setor público nas áreas de cultura, meio ambiente e relações internacionais. Ao longo de sua carreira acadêmica, tem desenvolvido pesquisas sobre processos de formação de Estado, burocracia, territorialidade coletiva, direitos étnicos e estudos afro-colombianos. É membro do Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED) do Museu Nacional da Universidade Federal de Rio de Janeiro e do Grupo de Estudos Afro-Colombianos do Centro de Estudos Sociais da Universidade Nacional da Colômbia.

Endereços para correspondência

ANTONIO CARLOS DE SOUZA LIMA

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Museu Nacional

Quinta da Boa Vista s/nº, São Cristóvão, 20.940-040
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

LAURA NAVALLO

Rui Díaz de Guzmán 54, CP: 4400

Salta, Argentina

MARCELO ARTUR RAUBER

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
– Museu Nacional

Quinta da Boa Vista s/nº, São Cristóvão, 20.940-04

Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

RAÚL ALEJANDRO DELGADO

Embaixada da Colômbia. SES, Av. das Nações, Lote 10,
Quadra 803, 70444-900

Brasília, Distrito Federal, Brasil

*Os textos deste artigo foram revisados por Araceli
Pimentel Godinho e submetidos para validação dos
autores antes da publicação.*